



**RESUMO EXECUTIVO DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO – CNDI
REALIZADA EM 5 DE JUNHO DE 2009**

1 Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e nove as nove horas e trinta minutos, no Ministério
2 da Justiça, na Esplanada dos Ministérios, Bloco “T” 3º Andar, em Brasília-DF, foi realizada a
3 trigésima nona Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, sob a
4 presidência do **Dr. Teles, presidente do CNDI**, com a presença dos seguintes participantes:

5 **Conselheiros Governamentais**

6 **Conselheiros da Sociedade Civil**

7 **Item I – Abertura, Aprovação da Ata e Informes Gerais:** O presidente do CNDI, Dr. **Teles**,
8 deu início a reunião registrando o desfalque de conselheiros nos trabalhos das comissões no
9 dia anterior e sugeriu mobilizar, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, os
10 conselheiros governamentais e não-governamentais para estarem presentes nas comissões.
11 Apontou que o trabalho das comissões é que pauta as deliberações na reunião plenária. 2) Em
12 seguida passou à aprovação da Ata da trigésima oitava reunião enviada via correio eletrônico
13 aos conselheiros perguntando sobre sugestões e alterações. Apenas a conselheira **Fátima** se
14 manifestou sugerindo correção a respeito do caso AEROS. Aprovada a Ata. 3) Na sequência
15 passou para os informes sobre os encaminhamentos das deliberações feitas na última reunião.
16 O conselheiro **Eduardo** apontou dois expedientes a serem encaminhados: A) Ofício em
17 resposta a ANDIS, encaminhado via e-mail ao presidente, mas sem resposta até aquele
18 momento. B) Questão do dia 15 de junho: sugeriu resgatar a gravação da reunião anterior para
19 elaborar o esboço do documento e envio naquele mesmo dia. O presidente Dr. **Teles**, informou
20 que seria deflagrada a impressão de cinco mil cartazes da campanha para substituir os
21 encaminhados no ano anterior às Secretarias Estaduais e Municipais de saúde e para os
22 Conselhos estaduais. Informou que houve reorganização orçamentária, em função da
23 eminência da gripe H1N1, que obrigou o Ministério fazer compras de medicamentos e
24 articulação com as secretarias estaduais e centros de referência. O fato levou o ministério a
25 fazer corte de até sessenta por cento dos eventos programados no ano. C) A conselheira
26 **Fátima** informou sobre a publicação da produção com a composição (?) e solicitou encaminhar
27 aos demais conselheiros. D) A conselheira **não identificada** solicitou incluir a análise do ofício
28 do Conselho Municipal do Idoso de Florianópolis referente a resolução número doze, acerca do
29 contrato de prestação de serviços das ILPI's. E) A conselheira **Karla** informou ter recebido,

30 pela Sociedade de Geriatria, um comunicado da assessoria do senador Agripino Maia que
31 levará a Plenária do Senado, Projeto de Lei que obriga a disciplina de geriatria com a carga
32 horária de cento e vinte horas para todas as faculdades de Medicina. Pediu que o Conselho se
33 manifestasse sobre o assunto. F) A conselheira **Karla** informou ainda que, com o intuito de dar
34 visibilidade do Conselho Nacional do Idoso, solicitou espaço para uma coluna do CNDI no
35 boletim eletrônico que a SBGG irá produzir. G) Informou também sobre a inauguração do
36 Centro de Referência do Idoso em Belo Horizonte, mantido por uma ONG de idosos. H) O
37 conselheiro da **COBAP** solicitou manifestação do CNDI sobre o fato de Santa Catarina ser o
38 único estado brasileiro sem Defensoria Pública Estadual. Ainda sobre o assunto, o conselheiro
39 **Perli** Fez o pedido de encaminhamento de realização de uma audiência pública envolvendo a
40 Defensoria Pública Federal para fortalecer o pedido de criação da Defensoria Pública Estadual.
41 A conselheira **não identificada** informou inclusive que a Defensoria Pública da União naquele
42 estado tinha um trabalho social bastante eficiente. O conselheiro **não identificado**, membro
43 representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos, elogiou as manifestações em
44 relação à defensoria pública, informando que há pouco tempo venceram a resistência e
45 implantaram o órgão em São Paulo e por último em Goiás. O conselheiro **não identificado**
46 informou que o Estado do Mato Grosso e do Paraná também não tinham Defensoria Pública
47 Estadual. O presidente, **Dr. Teles** sugeriu fazer um levantamento para apontar os estados que
48 ainda não tinham o órgão e aprovou a deliberação da Plenária do Conselho em recomendar
49 que os estados instituassem no seu âmbito jurisdicional a defensoria pública, na medida em que é
50 uma instância importante de defesa dos direitos de cidadania e prevista na nossa lei maior que
51 é a Constituição Federal. O documento ficou de ser encaminhado aos governadores, às
52 Assembleias Legislativas e aos Conselhos Estaduais de Direitos do Idoso. O conselheiro
53 **Sebastião** sugeriu encaminhar à Câmara dos Deputados uma moção de apoio à PEC 487 que
54 trata exatamente do apoio a defensoria pública no país. I) Sobre o evento ocorrido na Argentina
55 com a presença de dois conselheiros, o conselheiro **Perli** fez um breve relato dos trabalhos, da
56 temática do evento e dos desdobramentos. O presidente, **Dr. Teles** alertou para o fato de o
57 CNDI não ter sido convidado diretamente para o evento. A conselheira **Iadia** disse ter sido
58 convidada como observadora, via Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, em
59 defesa das pessoas com deficiência e pessoas idosas do Brasil. Disse terem ficados
60 extremamente estarecidos quando a Argentina, enquanto Estado e não enquanto ONG,
61 apresentou um esboço de um texto para Convenção que era cópia fiel do trabalho da ANPID,
62 sem que a autora brasileira fosse citada. Após discussão sobre o assunto, o presidente **Dr.**
63 **Teles** registrou ser preciso institucionalizar as relações para que, na reunião no Chile, o
64 Conselho Nacional do Direito do Idoso possa ter um convite. A conselheira **Iadia** sugeriu que a
65 Secretaria, o Itamaraty e o Conselho instituissem rapidamente grupo de trabalho para tratar do
66 assunto. O presidente **Dr. Teles** registrou ser fundamental uma Convenção sair com a
67 participação dos governos, encaminhados pelos Ministérios das Relações Exteriores dos

68 governos. Apontou que a Secretaria de Direitos Humanos estivesse à frente dos trabalhos e
69 ressaltou a participação do Ministro Vannuchi no encontro que debateu, em Genebra, os
70 Direitos Humanos. Segundo ele, o ministro, na fala inicial de abertura ressaltou o protagonismo
71 do Brasil no processo de construção da Convenção Internacional nessa área. A conselheira
72 **não identificada** sugeriu que a ANPID enviasse o documento ao ministro Vannuchi, para
73 conhecimento do ocorrido e para reivindicar a autoria. Por fim, o conselheiro **Sebastião**
74 deliberou que as providências seriam tomadas a seu tempo. J) Disponibilização das
75 deliberações - A conselheira **Yale** solicitou que os conselheiros não divulgassem deliberações
76 antes de serem oficializadas. A conselheira **não identificada** denunciou ter visto algumas
77 deliberações da conferência circulando pela internet. O conselheiro **não identificado** lembrou
78 que as deliberações não eram material secreto. M) Ausências de Conselheiros - A conselheira
79 **Carla** levantou a questão de ausências nas reuniões plenárias, para que se aplicasse o
80 regimento no sentido de desligar o conselheiro que faltassem mais de três vezes sem
81 justificativa pertinente. O conselheiro **Valdo** concordou e sugeriu encaminhar para cada
82 secretaria do ministério a informação de quem faltou, se com justificativa ou não. O conselheiro
83 **não identificado** afirmou ser preciso verificar a presença inclusive nas reuniões das comissões
84 temáticas. O presidente, **Dr. Teles**, a título de encaminhamento da medida, assumiu a
85 responsabilidade de fazer nota para todos os representantes de governo, apontando o histórico
86 de faltas e alertando para o cumprimento do regimento.

87 **Item II – Apresentação do módulo idoso do Disque Denúncia Nacional** - O convidado
88 **Daniel** apresentou, com detalhes, o funcionamento do programa e os conselheiros presentes
89 puderam tirar dúvidas, esclarecer procedimentos e fazer sugestões como a de divulgar o
90 Disque 100 idoso em contas de energia, água e nos informativos impressos por instituições
91 estatais, como a Caixa Econômica e o Banco do Brasil. Após a apresentação e
92 esclarecimentos, o presidente, **Dr. Teles** encaminhou, a efeito de planejamento estratégico,
93 que o Conselho retomasse posteriormente a análise do projeto.

94 **Item III - Sugestões para o 7º Encontro Nacional dos Conselhos de Direitos da Pessoa**
95 **Idosa** - A convidada **Tanira** apresentou os detalhes do encontro que acontecerá em Salvador,
96 na Bahia, na Casa do Comércio entre os dias oito e dez de setembro, com expectativa para
97 aproximadamente quatrocentos participantes, entre conselheiros nacionais, estaduais e
98 municipais. Ressaltou que os articuladores serão a Secretaria Especial dos Direitos Humanos;
99 a Presidência da República; a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do estado
100 da Bahia e; os conselheiros nacionais, estaduais e municipais. Indagou sobre o representante
101 do CNDI. A conselheira **Karla** sugeriu que encontro tivesse um tema de trabalho, solicitou que
102 a seção baiana da Sociedade Brasileira de Geriatria participasse do evento e pediu que a
103 logística do encontro orientasse sobre a hospedagem dos conselheiros. O Conselheiro **não**

104 **identificado** sugeriu ao Presidente, incluir uma reunião do Conselho no evento, haja vista que
105 estão previstas pelo regimento duas reuniões fora de Brasília. A conselheira **Liliam** solicitou
106 que a Associação Brasileira de Alzheimer de Salvador fosse convidada. O presidente, **Dr.**
107 **Teles** afirmou que o Conselho, além de enviar representantes devia pautar o encontro,
108 apresentar propostas concretas e contribuir, se fosse necessário, com palestrantes. O
109 conselheiro **Perli** afirmou esperar contar com o maior número possível de conselheiros e
110 sugeriu enviar correspondência do Conselho convocando a participação do maior número
111 possível de conselheiros. O presidente, **Dr. Teles** esclareceu que o Encontro Nacional não era
112 uma organização do CNDI, sendo o conselho apenas parceiro e convidado na organização. A
113 Conselheira **não identificada** sugeriu recuperar o que foi decidido nos outros encontros. A
114 convidada **Tanira** sugeriu alterar a data da vídeo-conferência, vez que na data agendada seria
115 feriado em São Paulo. Ficou marcada para a primeira semana de agosto para que os
116 conselheiros tivessem tempo hábil para definir propostas para o Encontro Nacional. O
117 conselheiro **não identificado** perguntou se o Conselho teria recursos suficientes para arcar
118 com os custos no caso de serem enviados todos os conselheiros ao encontro. O conselheiro
119 **não identificado** sugeriu realizar, paralelo ao evento, uma reunião do Conselho Nacional com
120 os conselhos estaduais. O conselheiro **não identificado** sugeriu fazer a reunião plenária do
121 CNDI em um dos dias do evento. Foi aprovada a realização, a título de pré-congresso, no dia
122 sete de setembro, em Salvador. O conselheiro **não identificado** sugeriu utilizar o evento para
123 tentar discutir as deliberações da Segunda Conferência. A Conselheira **não identificada**
124 sugeriu aproveitar o encontro para lançar o disque denúncia e propor a criação de um
125 colegiado de conselhos estaduais e municipais para dialoguem com o conselho nacional. Após
126 debate, o presidente, **Dr. Teles** sinalizou positivamente à idéia com todo o mérito de
127 organização, mas contestou se o encontro fosse o momento apropriado para lançar a proposta.
128 O conselheiro **Perli** alertou para o fato de jurisprudência, lembrando que o CNDI não tem
129 autonomia para ordenar ações no âmbito municipal e estadual. O Conselheiro **não**
130 **identificado** afirmou que o regimento permitia a criação desses colegiados. A Conselheira
131 **Fátima** concordou com a posição do presidente de apresentar a questão das experiências
132 exitosas e sobre as deliberações da Segunda Conferência. O presidente, **Dr. Teles** afirmou
133 que ninguém era contra a implantação dos colegiados estaduais e municipais. Ficou definido o
134 prazo até o dia vinte e dois de junho para sistematizar as propostas enviadas por correio
135 eletrônico e para encaminhar à comissão organizadora, que se reuniria no dia vinte e nove.

136 **Item IV - Próxima Reunião do Conselho** - O conselheiro **Eduardo** informou que a próxima
137 reunião do CNDI estava marcada para os dias cinco, seis e sete de agosto, incluindo o dia
138 reservado para planejamento, proposto pela equipe de assessoria internacional.

139 **Item V - Informes das Comissões - Comissão de Políticas Públicas, Orçamento e**
140 **Finanças.** Como o presidente da comissão justificou a ausência, a conselheira **Carla** ficou
141 encarregada de apresentar os informes. Preparação do dia quinze de junho. Começou com as
142 estratégias imediatas: A) O envio de um ofício ou nota pública para divulgação, com o histórico,
143 o plano internacional de enfrentamento à violência, o plano nacional de enfrentamento à
144 violência e a importância do dia mundial de enfrentamento à violência contra o idoso para todas
145 as redes de comunicação audiovisual, virtual e impressa, à Secretaria Especial dos Direitos
146 Humanos, ao Ministério das Comunicações, aos Poderes Legislativo e Judiciário, aos
147 Conselhos de Direito, aos Conselhos Profissionais. Também solicitar às entidades que
148 compõem o conselho que divulguem o dia. B) Estratégias internas: estabelecer uma comissão
149 permanente de enfrentamento à violência, uma subcomissão contra o idoso no conselho
150 nacional para lidar com o tema, em termos de informações, epidemiologia, fluxos estratégicos
151 de prevenção, proteção e cuidado ao idoso, vítima de violência. C) fortalecer as ações dos
152 conselhos estaduais, distritais e municipais no mesmo sentido. D) Monitorar a implementação
153 do plano nacional de enfrentamento à violência no Brasil. E) Rever o PPA, no que concerne ao
154 enfrentamento a violência contra o idoso, para poder ser monitorado também. F) Assegurar a
155 permanência de inquéritos de vigilância contra o idoso. G) Fortalecer ações de prevenção,
156 proteção e cuidado ao idoso, vítima de violência no SUS e no SUAS. H) Divulgar e monitorar o
157 lançamento do disque denúncia, oportunamente. I) Manter ações permanentes sobre o tema
158 da violência e não apenas no dia quinze de julho. A comissão propôs ainda a realização de um
159 Seminário Nacional de enfrentamento à violência de quinze a dezessete de julho de dois mil e
160 dez, com participação dos conselhos municipais e estaduais, demais conselhos de direito,
161 órgãos públicos e ONGs envolvidas, em preparação para o dia vinte e três de junho que é o dia
162 mundial de prevenções de quedas em pessoas idosas. Propuseram as seguintes Estratégias
163 Imediatas: A) Envio de nota pública do Conselho a todas as associações referidas
164 anteriormente. B) Divulgar um release para a imprensa sobre o dia mundial de prevenções de
165 quedas em pessoas idosas. C) Solicitar às entidades que compõem o conselho que divulguem
166 esse dia. A conselheira informou ainda que os instrumentos de trabalho da comissão fossem a
167 própria constituição, o estatuto do idoso e os anais das conferências que já aconteceram. O
168 plano plurianual, o plano de enfrentamento à violência contra o idoso e o pacto de gestão. Pelo
169 envelhecimento digno e saudável. A conselheira indagou sobre os critérios de participação da
170 RENAD. O conselheiro **Perli** sugeriu realizar uma reunião específica para tratar da questão.
171 Houve discussão sobre o conceito e especificidades da rede. A conselheira **não identificada**
172 sugeriu a criação de subcomissão permanente para acompanhar a questão do enfrentamento
173 da violência. O **Presidente** colocou em votação a proposta e foi aprovada. Na sequência foi
174 apresentada a proposta de promover reunião conjunta do Conselho Nacional de Saúde com o
175 Conselho Nacional do Idoso no sentido de promover o dia quinze. O **Presidente** colocou em
176 votação a proposta e foi aprovada.

177 **Comissão de Normas - Proposta de anexo da Resolução doze**. Com a palavra, a **Dra. Yale**
178 relatou pouco avanço, pois apenas duas entidades estavam presentes na reunião da comissão:
179 ANABID e ANADEP. Disse que os trabalhos já estavam prontos para serem analisados pela
180 plenária e que havia urgência para a aprovação. Com a palavra, o Sr. **Presidente** explicou que
181 a resolução era um instrumental para a realização de contratos e que, por ter natureza jurídica
182 específica, sugeriu encaminhá-la à consultoria jurídica da Secretaria de Direitos Humanos, para
183 não correr o risco de publicar na urgência e algum ponto ser questionado posteriormente. A
184 conselheira **Yale** explicou que o texto era para ter sido publicado no ano passado, mas que,
185 por um lapso, a resolução número doze foi publicada em o anexo. Alguns conselheiros
186 entenderam que encaminhar o documento para análise da consultoria jurídica era tirar a
187 competência da comissão de normas. Com a palavra o Sr. **Presidente** explicou que o
188 procedimento não poderia ser visto como tutela ou como demérito da comissão e sim como
189 fortalecimento adicional. Ele avaliou a discussão como desgaste desnecessário ao Conselho.
190 Após discussão se o texto deveria ou não passar pelo crivo da consultoria jurídica, a votação
191 do procedimento a ser tomado não pode ser efetivado por falta de quorum. O **Presidente**
192 explicou que o máximo a ser feito, era o encaminhamento de aceitar que a deliberação sobre a
193 questão fosse feita via correio eletrônico. Ficou definida a data do dia vinte e dois daquele mês
194 para que os senhores conselheiros se manifestassem em Ata Eletrônica sobre o assunto,
195 ficando a deliberação para a reunião de agosto. Outra resolução apreciada foi a que dispõe
196 sobre o trâmite interno de denúncias, reclamações, e pedidos, recebidos pelo Conselho
197 Nacional. A conselheira **Aida** distribuiu modelo aos conselheiros e explicou os principais
198 pontos. Por não haver quorum, a discussão e encaminhamento final da proposta ficaram
199 transferidos para a pauta da reunião seguinte, com a indicação do presidente dos conselheiros
200 enviarem parecer via correio eletrônico. O **presidente, Dr. Teles**, registrou a qualidade do
201 trabalho de ambas as Comissões.

202 **Comissão de Articulação de Conselhos - Competências da Comissão**. Com a palavra, a
203 conselheira **não identificada** registrou que todos os integrantes estiveram presentes na
204 reunião anterior da comissão, mas nenhum esteve presente naquela ocasião. Apresentou os
205 pontos referentes às competências da Comissão: A) Desenvolver ações que promovam a
206 implantação e o fortalecimento dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa no âmbito dos
207 Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. B) Desenvolver ações que visem à articulação
208 do CNDI com os diferentes Conselhos de direitos e de políticas públicas. C) Zelar pela
209 efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa idosa.
210 D) Acompanhar e apoiar as ações dos Conselhos de direito da pessoa idosa no âmbito dos
211 Estados e do Distrito Federal e dos Municípios. E) Propor e coordenar a realização do encontro
212 de Conselhos e da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. F) Atender as
213 demandas de capacitação para Conselhos Estaduais e Municipais. G) Elaborar os atos

214 normativos referentes às matérias de sua competência, com vistas à aprovação final pelo
215 plenário do CNDI. H) Propor a elaboração de estudos e pesquisas relacionadas à pessoa
216 idosa. I) Representar o CNDI em eventos e reuniões nas áreas de suas competências, por
217 delegação do Presidente ou do plenário. Coordenação da Comissão: Presidente: Conselheiro
218 **João**, pela área governamental e, a conselheira **não identificada**, pela área não
219 governamental. Ela informou ainda o cronograma parcial de reuniões ordinárias dos Conselhos
220 Estaduais do Idoso deste ano. O **presidente** solicitou que a conselheira fizesse, em síntese,
221 Ata da reunião da comissão para ser agregada à Ata da Plenária. Registrou ainda o fato de
222 ausência dos representantes da comissão.

223 **Comissão de Comunicação Social** - O relato foi apresentado pelo conselheiro **Marcos** que
224 registrou a presença de apenas dois representantes na reunião da comissão: SESC e COBAP.
225 Competências da Comissão. Apresentou os pontos referentes às competências da Comissão,
226 fundamentais para a comunicação: A) Resgatar a Legislação pertinente ao idoso, a partir da
227 Constituição Federal e o reordenamento das Leis, Decretos e outros instrumentos legais sobre
228 os direitos da pessoa idosa; B) Resgatar a história do CNDI, a partir da lei 8942 de noventa e
229 quatro, especialmente o que envolve a sua criação e implementação, suas competências e
230 suas atribuições, sua composição de Conselheiros, diretoria, comissões, além de outros
231 informes de suas ações; C) Conhecer e analisar o trabalho desenvolvido no site da Secretaria
232 Especial dos Direitos Humanos, referente ao CNDI; D) Elaborar diretrizes norteadoras para
233 composição das matérias de divulgação ao público externo e, especialmente, aos Conselhos
234 Estaduais e Municipais do idoso e das organizações governamentais e não governamentais
235 que compõe o Conselho; E) Divulgar no site do CNDI o resultado das conferências, eventos e
236 outras ações sobre os direitos da pessoa idosa; F) Elaborar *releases* para divulgação junto aos
237 meios de comunicação de matéria de interesse do CNDI. O conselheiro **Sebastião** registrou a
238 expectativa de implantar, até dois mil e dez, um jornal impresso do CNDI para chegar a todos
239 os conselhos estaduais e municipais. Também registrou a necessidade de investir em
240 comunicação para dar visibilidade às ações do Conselho e sugeriu implantar estrutura de
241 comunicação social com a contratação de um jornalista *freelancer*.

242 Não havendo mais assuntos a serem deliberados, a reunião foi encerrada com a determinação
243 de que as questões apreciadas oficialmente pela plenária fossem registradas em Ata.

244 **Dr. Teles _____**
245 **Presidente do CNDI**

246

Arquivo recuperado em meio digital para compor as informações históricas do CNDI. Não há registro de que esse arquivo tenha sido assinado física ou digitalmente, ou mesmo que tenha sido aprovado pelo conselho, de modo que não se pode confirmar sua autenticidade.